

Relatório Anual  
**2011**



- 3 Mensagem do diretor superintendente**
- 4 Oportunidade de crescimento para a previdência complementar**
- 6 Um ano de intensa atividade**
- 10 Quem somos**
- 11 Órgãos de Administração**

#### **Encarte**

Balço Patrimonial  
Demonstraço da Mutaço do Patrimnio Social  
Demonstraço da Mutaço do Ativo Lquido  
Demonstraço do Ativo Lquido  
Demonstraço do Plano de Gestao Administrativa  
Demonstraço das Obrigaçoes Atuariais  
Notas Explicativas as Demonstraçoes Contabeis  
Parecer Atuarial  
Parecer dos Auditores Independentes  
Parecer do Conselho Fiscal  
Manifestaço do Conselho Deliberativo  
Informe Resumo dos Investimentos  
Resumo da Poltica de Investimentos

Este Relatório Anual também  
está disponível no site da entidade:  
[www.fundacaobanorte.com.br](http://www.fundacaobanorte.com.br)





Na aposentadoria,  
também é preciso ter o  
longo prazo como premissa.”

**L**ongo prazo. Esta expressão, aparentemente tão simples, resume uma das premissas da previdência complementar. Significa viver o presente com um claro planejamento para o amanhã, buscando sempre considerar as consequências futuras de nossos atos e decisões.

Este princípio é o maior desafio e o principal ensinamento da previdência complementar. Ele se aplica quando estamos na ativa, mas também quando já chegou o momento de desfrutar a aposentadoria. Para isso, você tem a segurança de contar com a transparência, a ética e a responsabilidade da Banorte para administrar seus recursos e os benefícios oferecidos.

Pensar no longo prazo é fundamental em um Brasil no qual a expectativa de vida vem crescendo de maneira acelerada. Estamos vivendo mais e devemos procurar

aproveitar muito bem essa fase tão importante e que recompensa os esforços de vários anos de trabalho.

A aposentadoria é uma nova etapa da vida e, quanto mais acreditarmos neste fato, melhor desfrutaremos suas vantagens. Nesse sentido, é necessário gerenciar adequadamente uma série de fatores ligados ao planejamento financeiro, às relações pessoais e familiares, ao aperfeiçoamento contínuo de nossas competências e experiências, aos cuidados com a saúde, à correta organização de nosso tempo, à busca constante de novos desafios.

Sempre é tempo de pensar em novos projetos e realizações e, por isso, ter uma visão de longo prazo é essencial. É a partir dela que trabalhamos na Fundação Banorte e que também devemos, pessoalmente, pensar nosso futuro.



**Sergio Fajerman**

# Oportunidade de crescimento para a previdência complementar

Mais maduro em sua regulamentação e modelos de gestão, o sistema depende, para seu fortalecimento, da compreensão do brasileiro sobre os benefícios da previdência complementar.

O ano de 2011 passou tranquilo para as entidades fechadas de previdência complementar, sem grandes solavancos na economia mundial ou nacional que justificassem medidas ou ações mais drásticas. Diante de um cenário de queda constante das taxas de juros, o maior desafio dos gestores dos fundos tem sido encontrar alternativas de investimentos que remunerem o patrimônio sem acarretar exposição excessiva a riscos. De maneira geral, como comprova o gráfico abaixo, essa missão tem sido cumprida com relativo sucesso pelo sistema.

O ano também foi sem sobressaltos em relação à regulamentação do setor que não teve, em 2011, a edição de nenhuma norma ou instrução que tenha alterado significativamente as atividades dos fundos. Para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), segue sendo fundamental a Supervisão Baseada em Riscos que privilegia a orientação para a escolha de processos com eficiência e segurança comprovadas.

Por outro lado, o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, confirmado a cada novo

## Comparativo regional

Regional *	Quantidade de entidades	%	Investimento (R\$ mil)	%	Participantes Ativos	%	Dependentes	%	Assistidos	%
Centro-Norte	38	10,3%	88.394.758	16,1%	373.784	16,6%	841.782	23,4%	105.338	15,7%
Leste	18	4,9%	18.523.108	3,4%	100.528	4,5%	174.010	4,8%	37.678	5,6%
Nordeste	31	8,4%	15.717.163	2,9%	44.955	2,0%	96.730	2,7%	30.246	4,5%
Sudeste	65	17,7%	284.229.040	51,9%	521.894	23,2%	1.277.825	35,6%	304.907	45,6%
Sudoeste	155	42,1%	106.828.764	19,5%	987.056	43,9%	904.645	25,2%	139.852	20,9%
Sul	61	16,6%	34.142.295	6,2%	220.227	9,8%	297.499	8,3%	51.022	7,6%
<b>Total</b>	<b>368</b>	<b>100,0%</b>	<b>547.835.128</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.248.444</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.592.491</b>	<b>100,0%</b>	<b>669.043</b>	<b>100,0%</b>

\* Centro-Norte: RO, AM, RR, AP, GO, DF, AC, MA, MT, MS, PA, PI e TO.  
Leste: MG. Nordeste: AL, BA, CE, PB, PE, RN e SE.  
Sudeste: RJ e ES. Sudoeste: SP. Sul: PR, SC e RS.

Fonte: Previdência Complementar Estatística Mensal Dez/10 - PREVIC

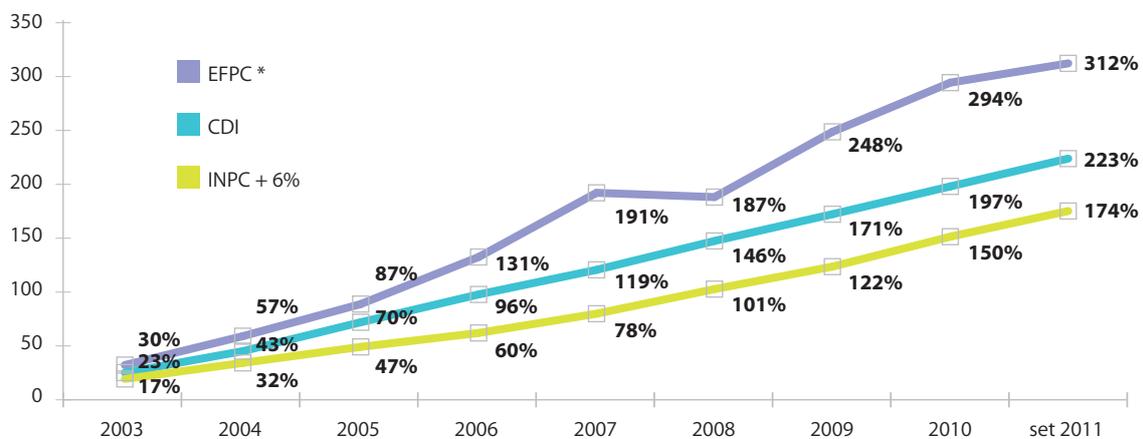


levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deve gerar um importante impacto sobre o sistema. Esse impacto está diretamente atrelado à maior percepção da população em relação à fragilidade da Previdência Social (em seus moldes e regras atuais) para responder pela aposentadoria dos que ainda estão na ativa.

Com a população brasileira girando em torno de 190 milhões de pessoas, é grande a oportunidade de crescimento para os fundos de pensão que, segundo o último Consolidado Estatístico da Associação

Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), de setembro de 2011, oferece cobertura a cerca de 6,5 milhões de brasileiros, incluindo ativos, assistidos e dependentes. Entre aposentadorias programadas, aposentadorias por invalidez e pensões, o sistema pagou, no primeiro semestre do ano passado, mais de R\$ 11,1 bilhões de reais em benefícios. Os valores médios mensais pagos até junho de 2011 foram de R\$ 3.142 para as aposentadorias programadas, R\$ 1.533 para as aposentadorias por invalidez e R\$ 1.633 para as pensões.

## Rentabilidade estimada (acumulada)



\* Entidades Fechadas de Previdência Complementar

Fonte: ABRAPP / BACEN / IPEADATA

# Um ano de intensa atividade

Melhorias em processos, encontros, workshops, modificações no Regulamento... Foram muitas – e variadas – as atividades desenvolvidas pela Banorte no ano passado. Todas com o objetivo de aprimorar continuamente sua atuação.

## No Conselho da Abrapp e no CNPC

Em 2011, foi definida a composição do Conselho Deliberativo da Abrapp, constituído por 25 associadas. Reginaldo José Camilo, diretor das fundações de previdência do Itaú Unibanco, foi escolhido para assumir a Vice-Presidência do Conselho. Reginaldo foi também indicado para representar os fundos de pensão como membro titular no Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), órgão colegiado do Ministério da Previdência Social que estabelece as normas de funcionamento do sistema.

## Reuniões dos Conselhos



Os conselheiros deliberativos realizaram suas quatro reuniões ordinárias anuais nos meses de março, maio, setembro e dezembro para analisar e dispor sobre os processos, atividades e gerenciamento da Fundação Banorte. Da mesma forma, o Conselho Fiscal fez suas duas reuniões ordinárias anuais em março e agosto. Ao longo do ano, houve alteração de membros dos Conselhos (sua composição em 31.12.2011 está na página 11).





## Dia do Aposentado

Mais uma vez, a Fundação Banorte participou do evento promovido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp) para celebrar o Dia do Aposentado - 24 de janeiro de 2011. Representando todos os assistidos da Fundação, Severino Ramos de Oliveira recebeu o diploma comemorativo durante a cerimônia realizada na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro (RJ), juntamente com mais 72 aposentados que foram homenageados por suas entidades.

## Alterações regulamentares

Em junho, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou as alterações propostas pela Fundação Banorte no Plano de Benefícios II - nos artigos 37 (em decorrência da aprovação do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa e em cumprimento da Resolução CGPC nº 29/09), 70 e 71 (para adequação à Resolução CGPC nº 26/08).

## Congresso da Abrapp

Em setembro, conselheiros, diretores e gerentes da Banorte participaram do 32º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, organizado pela Abrapp. Com o tema "Visão de Futuro: Inovar no Presente", o evento reuniu cerca de 3 mil profissionais que participaram de palestras, mesas-redondas, plenárias e painéis informativos.

## Área restrita no site

Em outubro, o site da Banorte ganhou um novo link restrito - a Área do Participante. Nele, os assistidos podem alterar endereço, telefone e e-mail ou tirar segunda via do Demonstrativo de Pagamento.

Fotos: Divulgação Abrapp



Congresso da Abrapp



# Educação financeira e previdenciária

Seguindo orientação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), a Fundação Banorte, em parceria com as demais entidades de Previdência Complementar do Itaú Unibanco, aprofundou, em 2011, as ações de educação financeira e previdenciária de seus participantes, conselheiros, dirigentes e colaboradores. Todas as iniciativas são monitoradas para checar sua efetividade e adequação.

## Informativo “Com você”

Editado desde 2009, o informativo bimestral é encaminhado para todos os participantes por meio impresso. A publicação divulga notícias, reportagens, entrevistas, matérias específicas referentes aos planos de benefícios geridos pela Fundação, rentabilidades e uma página exclusiva para temas relativos à educação financeira e previdenciária.



## Encontro das Associações e Conselheiros

Christina Rufatto



Em maio, **Ricardo Pena**, ex-secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, falou sobre os “Novos Desafios da Previdência Complementar no Brasil e no Mundo”. Em dezembro, foi a vez de **José Eduardo Krieger**, professor da Faculdade



de Medicina da Universidade de São Paulo, abordar o “Crescimento da Longevidade & Tendências Demográficas na Perspectiva Médica”. As duas palestras fizeram parte da programação de 2011 do projeto realizado semestralmente

desde 2006 pelas fundações de previdência do Itaú Unibanco com o objetivo de alinhar e aprofundar os conhecimentos previdenciários dos participantes. Em 2011, o encontro foi certificado pelo Instituto de Certificação da Seguridade Social (ICSS), passando a valer créditos em seu Programa de Educação Continuada.

## Evento dos assistidos

Muito aguardado pelos aposentados e pensionistas, o evento é realizado em parceria com as demais fundações de previdência do Itaú Unibanco para valorizar os benefícios oferecidos e integrar os participantes. Nos meses de junho e julho de 2011, o tema "É tempo de escrever novas histórias" atraiu 3.332 convidados para os eventos organizados em Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife e São Paulo que tiveram o cantor Wanderley Cardoso como atração principal.



## Workshop Jurídico

O 5º Workshop Jurídico de Previdência Complementar foi promovido em setembro pela Fundação Banorte juntamente com as outras entidades previdenciárias do Itaú Unibanco. Um total de 80 convidados (profissionais das fundações, das áreas jurídicas da patrocinadora e de escritórios advocatícios contratados) assistiu às apresentações de especialistas sobre diferentes aspectos das questões jurídicas ligadas ao sistema. O workshop, criado em 2007, também conta créditos para o Programa de Educação Continuada do ICSS.

## Workshop para colaboradores

Há quatro anos, as entidades de previdência complementar do Itaú Unibanco reúnem seus profissionais para um workshop que visa alinhar as práticas de governança, promover melhorias no fluxo de trabalho e aprofundar os conhecimentos previdenciários. Em 2011, o workshop ocorreu em novembro e foi uma oportunidade para estimular o espírito de equipe com foco em performance, comunicação e confiança.



# Quem somos

Participantes Assistidos • base: outubro 2011

## Total de Participantes

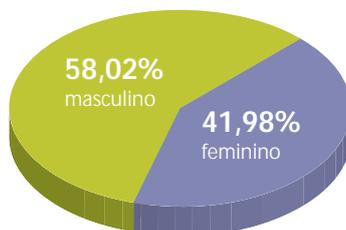
548 \*

\* O Plano II possui também 7 participantes ativos

## Presença nos Estados

Pernambuco	60%
São Paulo	13,93%
Rio de Janeiro	9,46%
Outros	16,61%

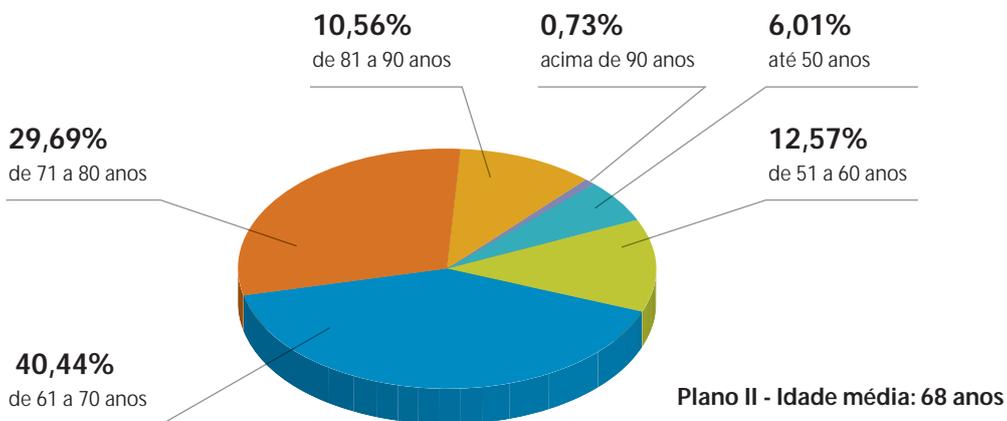
## Sexo



## Tipo de Benefício

Tempo de contribuição	56,20%
Invalidez	9,31%
Idade	0,37%
Pensão	34,12%

## Faixas Etárias



# Órgãos de Administração

## Conselho Deliberativo

	Titulares	Suplentes
Presidente	Oswaldo do Nascimento	Caio Ibrahim David
Conselheiros indicados	Marco Antonio Antunes Marcelo Luis Orticelli Gilberto Trazzi Canteras	Antonio Eduardo Marquez de Figueiredo Trindade Demosthenes Madureira de Pinho Neto Cláudio José Coutinho Arromatte
Conselheiros eleitos	Hercilio Ricardo Ferreira Filho Isaltino Bezerra e Silva	Manfredo de Andrade Sarda Antonio Câmara Ferreira

## Conselho Fiscal

	Titulares	Suplentes
Presidente	Leila Cristiane Barboza Braga de Melo	Ottavio Aldo Ronco
Conselheiro indicado	Osmar Marchini	Sergio Brilhante de Albuquerque Junior
Conselheiro eleito	Djalma Desenzi	Roberto Pinto de Medeiros

## Diretoria

Diretor Superintendente	Sergio Guillinet Fajerman
Diretores Executivos Financeiros	Gabriel Amado de Moura Reginaldo José Camilo
Diretor Executivo	Arnaldo Cesar Serighelli



Av. Conselheiro Aguiar, 3.670 – 1º andar  
CEP 51020-021 – Recife – PE

[www.fundacaobanorte.com.br](http://www.fundacaobanorte.com.br)

# Relatório Anual 2011

- 2** Balanço Patrimonial
- 3** Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
- 4** Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido
- 6** Demonstrac o do Ativo Líquido
- 8** Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa
- 10** Demonstrac o das Obrigações Atuariais
- 11** Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis
- 20** Parecer Atuarial
- 27** Parecer dos Auditores Independentes
- 29** Parecer do Conselho Fiscal
- 30** Manifestac o do Conselho Deliberativo
- 31** Informe Resumo dos Investimentos
- 33** Resumo da Política de Investimentos



## Balanço Patrimonial

em milhares de Reais

<b>Ativo</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Disponível</b>	<b>34</b>	<b>9.112</b>
<b>Realizável</b>	<b>72.636</b>	<b>57.449</b>
Gestão Previdencial (Nota 5)	159	248
Gestão Administrativa (Nota 5)	702	429
Investimentos	71.775	56.772
Títulos Públicos (Nota 6)	48.013	45.019
Fundos de Investimento (Nota 6)	18.639	6.728
Investimentos Imobiliários (Nota 7)	1.267	1.286
Outros Realizáveis (Nota 6)	3.856	3.739
Permanente (Nota 8)	2	2
Imobilizado	2	2
<b>Total do Ativo</b>	<b>72.672</b>	<b>66.563</b>
<b>Passivo</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Exigível Operacional</b> (Nota 9)	<b>976</b>	<b>582</b>
Gestão Previdencial	613	271
Gestão Administrativa	363	311
<b>Exigível Contingencial</b> (Nota 10)	<b>984</b>	<b>828</b>
Gestão Previdencial	312	382
Gestão Administrativa	672	446
<b>Patrimônio Social</b>	<b>70.712</b>	<b>65.153</b>
Patrimônio de Cobertura do Plano (Nota 11)	70.710	65.151
Provisões Matemáticas	70.710	65.151
Benefícios Concedidos	147.554	140.017
Benefícios a Conceder	3.491	2.750
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(80.335)	(77.616)
Fundos (Nota 12)	2	2
Fundos Administrativos	2	2
<b>Total do Passivo</b>	<b>72.672</b>	<b>66.563</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada

em milhares de Reais

Descri�o	31/12/2011	31/12/2010	Variacão (%)
<b>A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício</b>	<b>65.153</b>	<b>62.348</b>	<b>4</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>21.127</b>	<b>16.755</b>	<b>26</b>
( + ) Contribui�es Previdenciais	11.113	9.033	23
( + ) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	7.896	6.791	16
( + ) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	121	-	100
( + ) Receitas Administrativas	1.997	931	115
<b>2. Destina�es</b>	<b>(15.568)</b>	<b>(13.950)</b>	<b>12</b>
( - ) Benefícios	(13.571)	(12.999)	4
( - ) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	-	(20)	(100)
( - ) Despesas Administrativas	(1.815)	(899)	102
( - ) Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	(182)	(32)	469
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)</b>	<b>5.559</b>	<b>2.805</b>	<b>98</b>
( + / - ) Provisões Matemáticas	5.559	2.805	98
<b>B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A + 3)</b>	<b>70.712</b>	<b>65.153</b>	<b>9</b>

As Notas Explicativas s o parte integrante das Demonstra es Contábeis.

## Demonstração da Mutaç o do Ativo Líquido - Plano BD I

em milhares de Reais

Descri�o	31/12/2011	31/12/2010	Variac�o (%)
<b>A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício</b>	-	-	-
<b>1. Adi�es</b>	<b>142</b>	<b>12</b>	<b>1.083</b>
( + ) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	12	(100)
( + ) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	142	-	100
<b>2. Destina�es</b>	<b>(142)</b>	<b>(12)</b>	<b>1.083</b>
( - ) Benefícios	(96)	(12)	700
( - ) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(46)	-	100
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)</b>	-	-	-
<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)</b>	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

## Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano BD II

em milhares de Reais

Descri�o	31/12/2011	31/12/2010	Variacão (%)
<b>A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício</b>	<b>65.151</b>	<b>62.346</b>	<b>4</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>20.980</b>	<b>16.624</b>	<b>26</b>
( + ) Contribui�es	13.038	9.845	32
( + ) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	7.942	6.779	17
<b>2. Destina�es</b>	<b>(15.421)</b>	<b>(13.819)</b>	<b>12</b>
( - ) Benefícios	(13.475)	(12.987)	4
( - ) Constitui�o de Conting�ncias - Gestão Previdencial	(21)	(20)	5
( - ) Custeio Administrativo	(1.925)	(812)	137
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1 + 2)</b>	<b>5.559</b>	<b>2.805</b>	<b>98</b>
( + / - ) Provis�es Matemáticas	5.559	2.805	98
<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)</b>	<b>70.710</b>	<b>65.151</b>	<b>9</b>
<b>C) Fundos Não Previdenciais</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
( + / - ) Fundos Administrativos	2	2	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

## Demonstração do Ativo Líquido - Plano BD I

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>269</b>	<b>294</b>	<b>(9)</b>
Recebível	-	90	(100)
<b>Investimentos</b>	<b>269</b>	<b>204</b>	<b>32</b>
Fundos de Investimento	269	204	32
<b>2. Obrigações</b>	<b>269</b>	<b>294</b>	<b>(9)</b>
Operacional	269	202	33
Contingencial	-	92	(100)
<b>5. Ativos Líquidos (1 - 2)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## Demonstração do Ativo Líquido - Plano BD II

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>71.368</b>	<b>65.354</b>	<b>9</b>
Disponível	34	9.111	(100)
Recebível	161	2	7.950
<b>Investimentos</b>	<b>71.173</b>	<b>56.241</b>	<b>27</b>
Títulos Públicos	48.013	45.019	7
Fundos de Investimento	18.037	6.197	191
Investimentos Imobiliários	1.267	1.286	(1)
Outros Realizáveis	3.856	3.739	3
<b>2. Obrigações</b>	<b>656</b>	<b>201</b>	<b>226</b>
Operacional	344	69	399
Contingencial	312	132	136
<b>3. Fundos Não Previdenciais</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
Fundos Administrativos	2	2	-
<b>5. Ativos Líquidos (1 - 2 - 3)</b>	<b>70.710</b>	<b>65.151</b>	<b>9</b>
Provisões Matemáticas	70.710	65.151	9

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>1.997</b>	<b>931</b>	<b>115</b>
1.1. Receitas	1.997	931	115
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.925	812	137
Custeio Administrativo dos Investimentos	69	117	(41)
Outras Receitas	3	2	50
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(1.997)</b>	<b>(931)</b>	<b>115</b>
2.1. Administração Previdencial	(1.928)	(814)	137
Pessoal e Encargos	(186)	(196)	(5)
Treinamento/Congressos e Seminários	(9)	(7)	29
Viagens e Estadias	(41)	(42)	(2)
Serviços de Terceiros	(1.338)	(357)	275
Despesas Gerais	(175)	(186)	(6)
Contingências	(179)	(26)	588
2.2. Administração dos Investimentos	(69)	(117)	(41)
Serviços de Terceiros	(66)	(111)	(41)
Contingências	(3)	(6)	(50)
<b>3. Resultado Negativo dos Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>6. Operações Transitórias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5 + 6)</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Plano BD II

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>1.997</b>	<b>931</b>	<b>115</b>
1.1. Receitas	1.997	931	115
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.925	812	137
Custeio Administrativo dos Investimentos	69	117	(41)
Outras Receitas	3	2	50
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(1.997)</b>	<b>(931)</b>	<b>115</b>
2.1. Administração Previdencial	(1.928)	(814)	137
2.1.1. Despesas Comuns	-	-	-
2.1.2. Despesas Específicas	(1.928)	(814)	137
Pessoal e Encargos	(186)	(196)	(5)
Treinamento/Congressos e Seminários	(9)	(7)	29
Viagens e Estadias	(41)	(42)	(2)
Serviços de Terceiros	(1.338)	(357)	275
Despesas Gerais	(175)	(186)	(6)
Contingências	(179)	(26)	588
2.2. Administração dos Investimentos	(69)	(117)	(41)
2.2.1. Despesas Comuns	-	-	-
2.2.2. Despesas Específicas	(69)	(117)	(41)
Serviços de Terceiros	(66)	(111)	(41)
Contingências	(3)	(6)	(50)
<b>3. Resultado Negativo dos Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>6. Operações Transitórias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5 + 6)</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## Demonstração das Obrigações Atuariais - Plano BD II

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	Variação (%)
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)</b>	<b>70.710</b>	<b>65.151</b>	<b>9</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>70.710</b>	<b>65.151</b>	<b>9</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>147.554</b>	<b>140.017</b>	<b>5</b>
Benefício Definido	147.554	140.017	5
<b>1.2. Benefícios a Conceder</b>	<b>3.491</b>	<b>2.750</b>	<b>27</b>
Benefício Definido	3.491	2.750	27
<b>1.3. ( - ) Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>(80.335)</b>	<b>(77.616)</b>	<b>4</b>
( - ) Déficit Equacionado	(80.335)	(77.616)	4
( - ) Patrocinadores	(80.335)	(77.616)	4

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A BANORTE – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, constituída em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela portaria nº 2.109, de 29 de abril de 1980, do Ministério da Previdência Social – MPS, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, obedecendo às normas expedidas através do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC e as resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

A Entidade tem como objetivo principal a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente, voltados aos empregados das patrocinadoras, cujo principal patrocinador é o Itaú Unibanco S/A.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

A BANORTE administra dois planos de benefícios definidos, BD I e BD II, de acordo com os respectivos regulamentos, os quais foram aprovados através da Portaria DETEC/SPC nº 703 e 702, respectivamente, de 22 de setembro de 2006, e posteriores alterações.

O Plano I, desde 2009, tem apenas ex-participantes com saldo de reserva a receber e sem obrigações atuariais.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de outubro de 2011 e 30 de setembro de 2010 apresenta a seguinte posição:

Plano	Ativos				Assistidos (1)				Total			
	2011		2010		2011		2010		2011		2010	
	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes
BD II	7	19	7	19	548	384	555	396	555	403	562	415
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>548</b>	<b>384</b>	<b>555</b>	<b>396</b>	<b>555</b>	<b>403</b>	<b>562</b>	<b>415</b>

1) Incluem pensionistas.

## NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das EFPC's, especificamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009; Instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011 e Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010. Os saldos do exercício de 2010 foram ajustados para fins de comparabilidade com o exercício de 2011, conforme detalhado na Nota 13.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão unifundo de forma segregada entre o plano de Benefícios Definido I (BD I) e Benefícios Definido II (BD II), e os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;

- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

## NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, estão resumidas em:

### a) Ativo Realizável

- **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio e as contribuições contratadas com a patrocinadora.
- **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora e outros eventos administrativos.
- **Investimentos** – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

#### I. Títulos Públicos e Fundos de Investimento

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas, sendo classificados nas seguintes categorias

**a. Títulos para negociação** – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício

**b. Títulos mantidos até o vencimento** – Quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

#### II. Investimentos Imobiliários

Estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustado a valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2010, suportadas por laudos técnicos, como determina a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

#### III. Provisão para Perdas

Constituída considerando a avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou consideradas de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir perdas, conforme Nota 7.

Os depósitos judiciais, anteriormente registrados nas rubricas do Passivo – Exigível Contingencial, foram reclassificados nas respectivas gestões no Ativo Realizável, conforme Instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011.

### b) Ativo Permanente

É composto pelo ativo imobilizado, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear à taxa abaixo, tendo como contrapartida a conta de despesa do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

Móveis e Utensílios	10% a.a.
Máquinas e Equipamentos	10% a.a.

### c) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias e provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

### d) Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com

práticas conservadora adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

### e) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

### f) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

### g) Contabilização entre os Planos

O Plano BD I possui compromissos com ex-participantes registrados nos grupos de Exigível Operacional e Exigível Contingencial, utilizando-se da metodologia unifundo, tendo os seus ativos (Fundo de Aplicações em Quotas de Fundos de Investimentos Financeiros – Renda Fixa) segregados para cobertura dos mesmos, sendo os demais compromissos contabilizados no Plano BD II.

### h) Imposto de Renda

Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

### i) PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009, a entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal face ao processo nº. 2009-83.00.010036-8 (Nota 5 e 10).

## NOTA 4 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa as contribuições realizadas pelas patrocinadoras e participantes para a cobertura das despesas administrativas da Entidade, sendo o percentual de contribuição estabelecido pelos consultores atuariais externos.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

As despesas administrativas previdenciais da Entidade são custeadas mensalmente pela patrocinadora, conforme estabelecido anualmente na Nota Técnica do Atuário Independente e contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, e as despesas administrativas de investimentos custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos.

### NOTA 5 - ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Descrição	2011	2010	
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>159</b>	<b>248</b>	
Depósito Judicial - Desligados (1)	159	248	
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>702</b>	<b>429</b>	
Contribuições da Patrocinadora (2)	214	58	(1) Os depósitos judiciais, anteriormente registrados nas rubricas do Passivo – Exigível Contingencial, foram reclassificados nas respectivas gestões no Ativo Realizável, conforme Instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011.
Seguro (3)	9	10	(2) Contribuição da Patrocinadora para cobertura das despesas administrativas do Plano BD II.
Depósito Judicial - PIS/COFINS (1)	169	71	(3) Seguro responsabilidade por Gestão de Previdência Complementar.
Depósito Judicial - Processos Trabalhistas (1)	310	290	
<b>Total</b>	<b>861</b>	<b>677</b>	

### NOTA 6 - INVESTIMENTOS

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

#### a) Composição dos Investimentos

Descrição	2011			2010	
	PLANO BD I	PLANO BD II	TOTAL		
Títulos Públicos	-	48.013	48.013	45.019	
Fundos de Investimentos	270	18.369	18.639	6.728	
Investimentos Imobiliários (Nota 7)	-	1.267	1.267	1.286	
Outros Realizáveis (1)	-	3.856	3.856	3.739	
<b>Total</b>	<b>270</b>	<b>71.505</b>	<b>71.775</b>	<b>56.772</b>	

(1) Refere-se a Ação Ordinária de Repetição de Indébito promovida pela Entidade em razão de imunidade tributária, relativa ao recolhimento de IRRF para o período de 1988/1989.

#### b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, no Itaú Unibanco e em outras Instituições Financeiras.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

Banorte	Valor (1)				
	Valor a Mercado			Categoria (2)	
	Custo	Ajustes a Mercado	Total	Para Negociação	Até o Vencimento
<b>Títulos Públicos</b>	<b>39.371</b>	<b>8.642</b>	<b>48.013</b>	-	<b>48.013</b>
Notas do Tesouro Nacional	39.371	8.642	48.013	-	48.013
<b>Fundo de Investimento</b>	<b>18.639</b>	-	<b>18.639</b>	<b>18.639</b>	-
Fundo de Investimento - Não Exclusivos	18.639	-	18.639	18.639	-
Renda Fixa	13.931	-	13.931	13.931	-
Renda Variável	3.738	-	3.738	3.738	-
Investimento Imobiliário	970	-	970	970	-
<b>Total (1)</b>	<b>58.010</b>	<b>8.642</b>	<b>66.652</b>	<b>18.639</b>	<b>48.013</b>

Banorte	Valor (1)			
	Vencimento		Valor Contábil	
	Indeterminado	Acima de 5 anos	31/12/2011	31/12/2010
<b>Títulos Públicos</b>	-	<b>48.013</b>	<b>48.013</b>	<b>45.019</b>
Notas do Tesouro Nacional	-	48.013	48.013	45.019
<b>Fundo de Investimento</b>	<b>18.639</b>	-	<b>18.639</b>	<b>6.728</b>
Fundo de Investimento - Não Exclusivos	18.639	-	18.639	6.728
Renda Fixa	13.931	-	13.931	2.063
Renda Variável	3.738	-	3.738	3.737
Investimento Imobiliário	970	-	970	928
<b>Total (1)</b>	<b>18.639</b>	<b>48.013</b>	<b>66.652</b>	<b>51.747</b>

(1) Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de balanço e os classificados como "para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado considerando preço médio de negociação no dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Os fundos de Investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço.

Inclui, além dos recursos do Plano de Benefícios, os ativos do PGA no montante de R\$ 332 (R\$ 327 em 2010).

(2) Os títulos registrados na categoria até o vencimento correspondem a NTNBS no montante de R\$ 48.013 (R\$ 45.019 em 2010) com vencimento até 2045. O valor de mercado destes títulos é de R\$ 55.364 (R\$ 52.175 em 2010). A entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nessa categoria.

As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com a Política de Investimentos.

Conforme estabelecido no artigo 6º da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balanços anuais. Além disso, no caso de transferência da categoria "mantidos até o vencimento" para as demais, essa só poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação."

No exercício, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas diretrizes existentes.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

### NOTA 7 - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Descrição	2011	2010
<b>Aluguéis e Renda</b>		
Locadas a Terceiros (1)	1.279	1.279
( - ) Depreciação Acumulada	(24)	(5)
Aluguéis a Receber	335	307
( - ) Provisão para Perda	(323)	(295)
<b>Total</b>	<b>1.267</b>	<b>1.286</b>

(1) Reavaliação de Imóveis: De acordo com a legislação em vigor, foram procedidas reavaliações nos meses de Maio e Novembro/2010, com base na norma NBR° 14.653 - Partes 1 e 2 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, cujo resultado foi de R\$ 324.

### NOTA 8 - ATIVO PERMANENTE

Descrição	2011	2010
<b>Imobilizado</b>		
<b>Móveis e Utensílios</b>	-	-
Custo Corrigido	6	6
( - ) Depreciação	(6)	(6)
<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Custo Corrigido	4	4
( - ) Depreciação	(2)	(2)
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

### NOTA 9 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

Descrição	2011			2010
	PLANO BD I	PLANO BD II	TOTAL	
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>270</b>	<b>343</b>	<b>613</b>	<b>271</b>
Obrigações com Participantes e Patrocinadores (1)	-	261	261	-
Reserva de Poupança (2)	270	-	270	202
Retenções sobre Folha de Benefícios	-	82	82	69
<b>Gestão Administrativa</b>	-	<b>363</b>	<b>363</b>	<b>311</b>
Provisão de Férias	-	12	12	15
Obrigações com Serviços de Terceiros (3)	-	339	339	287
Retenções a Recolher	-	12	12	9
<b>Total</b>	<b>270</b>	<b>706</b>	<b>976</b>	<b>582</b>

(1) Plano BD II: Contribuições efetuadas pelos participantes e patrocinadores no período de Set/2006 à Nov/2010;

(2) Plano BD I: Reserva de poupança de ex-participantes com cancelamento de ação judicial e que não são elegíveis a benefício do plano;

(3) Serviços advocatícios, de informática, consultoria atuarial e taxa de administração dos investimentos.

## NOTA 10 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Descrição	2011	2010
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>312</b>	<b>382</b>
Reserva de Poupança - Desligados	312	382
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>672</b>	<b>446</b>
Provisão - PIS/COFINS	179	74
Provisão Trabalhista / Tributária	493	372
<b>Total</b>	<b>984</b>	<b>828</b>

(1) Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em ações tributárias, cuja probabilidade de perda foi considerada "possível" por nossos assessores legais. O valor histórico é de R\$ 7.417, sendo que as naturezas referem-se à incidência de Imposto de Renda e IOF sobre aplicações financeiras no período de 1990/1994.

## NOTA 11 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas de atuária pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

**I. Provisões de benefícios concedidos** – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes ou beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).

**II. Provisões de benefícios a conceder** – Correspondem à diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras.

**III. Provisões matemáticas a constituir** – Correspondem ao valor do contrato de equacionamento do déficit, firmado junto ao Patrocinador, atualizado na data de balanço de acordo com o resultado da avaliação atuarial.

### b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas do Plano BD II consideram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Descrição	2011/2010
Taxa Real Anual de Juros	6,00% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	0%
Tábua de Mortalidade Geral <sup>(1)</sup>	AT83
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57
Projeção de Crescimento Real do Benefício do INSS/Plano	0%
Fator de Capacidade de Benefícios e de Salários	100%
Índice do Plano	INPC-IBGE
Rotatividade	Nula
Hipótese Familiar	Ativos: 90% casados e esposa 3 anos mais jovem Assistidos: família informada
Método Atuarial	Idade de entrada
Aposentadoria	1º Elegibilidade

(1) Segregado por Sexo. A tábua de mortalidade adotada corresponde àquela divulgada pelo SOA - "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA - Instituto Brasileiro de Atuária, que reflete um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação à respectiva tábua básica.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

### c) Evolução

Descrição	Saldos em 31/12/2010	Constituição Líquida	Saldos em 31/12/2011
<b>Provisões Matemáticas</b>			
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>140.017</b>	<b>7.537</b>	<b>147.554</b>
Plano BD II	140.017	7.537	147.554
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>2.750</b>	<b>741</b>	<b>3.491</b>
Plano BD II	2.750	741	3.491
<b>( - ) Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>(77.616)</b>	<b>(2.719)</b>	<b>(80.335)</b>
Plano BD II	(77.616)	(2.719)	(80.335)
<b>Total</b>	<b>65.151</b>	<b>5.559</b>	<b>70.710</b>

A evolução do saldo do contrato de déficit equacionado foi a seguinte:

Descrição	2011	2010
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(77.616)</b>	<b>(78.413)</b>
Recebimento da parcela anual	11.079	8.949
Atualização	(9.577)	(4.857)
Repactuação do Contrato - Absorção do Déficit do exercício	(4.221)	(3.295)
<b>Saldo Final do Exercício</b>	<b>(80.335)</b>	<b>(77.616)</b>

Foi firmado em 14 de novembro de 2006, contrato junto ao Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A, sucessor do Banco Bandeirantes S/A, e suas coligadas, Unicard (Banco Múltiplo S/A) e Unibanco Seguros S/A, os quais assumiram o patrocínio da Entidade através de Instrumento Particular de Consolidação e Parcelamento de Dívida e Outras Avenças no valor de R\$ 76.165, sendo financiado em 18 (dezoito) anos e com prestações anuais, com a finalidade de restabelecer a situação econômico-financeira, preservar os direitos já adquiridos e atribuir aos participantes com eles contratados, mediante gestão sob responsabilidade e a cargo do patrocinador.

Em 2011, após avaliação atuarial, verificou-se que o Déficit Acumulado aumentou no montante de R\$ 4.221, havendo assim repactuação do saldo do contrato.

O contrato é atualizado pela tabela price, corrigido mensalmente pela variação do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), acrescido ao equivalente mensal a taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano.

### NOTA 12 - FUNDOS

São constituídos/revertidos mensalmente, pela apropriação dos saldos nos respectivos programas, representados principalmente pela receita resultante dos investimentos.

**a) Fundos Administrativos** – Constituído com base no excedente superavitário verificado na apuração do resultado da Gestão Administrativa Previdencial, com finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura das despesas administrativas. A entidade deve obrigatoriamente possuir recursos nesta conta, no mínimo, equivalentes ao saldo registrado no Ativo Permanente.

Descrição	2011	2010
Fundos Administrativos	2	2
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

## NOTA 13 - RECLASSIFICAÇÃO PARA FINS DE COMPARABILIDADE

Em atenção a Instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011, e visando permitir a comparabilidade no Balanço Patrimonial, foram efetuadas as seguintes reclassificações dos saldos em 31/12/2010, referente aos Depósitos Judiciais:

Descrição	31/12/2010	Reclassificação	Saldos Reclassificados
<b>Ativo</b>			
<b>Realizável</b> (Nota 5)	<b>68</b>	<b>609</b>	<b>677</b>
Gestão Previdencial	-	248	248
Gestão Administrativa	68	361	429
<b>Passivo</b>			
<b>Exigível Contingencial</b> (Nota 10)	<b>219</b>	<b>609</b>	<b>828</b>
Gestão Previdencial	134	248	382
Provisão	382	-	382
(-) Depósito Judicial	(248)	248	-
Gestão Administrativa	85	361	446
Provisão	446	-	446
(-) Depósito Judicial	(361)	361	-

## NOTA 14 - PARTES RELACIONADAS

As operações de partes relacionadas com o Itaú Unibanco S/A e Previtec Previdência e Tecnologia Ltda. caracterizam-se basicamente por:

Descrição	2011	2010
<b>Ativo / (Passivo)</b>		
<b>Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas</b>	<b>80.331</b>	<b>77.612</b>
Contrato de Déficit Equacionado (Nota 11)	80.335	77.616
Taxa de Administração da Carteira	(4)	(4)
<b>Receitas / (Despesas)</b>		
<b>(Despesas)</b>	<b>(171)</b>	<b>(204)</b>
Taxa de Administração da Carteira	(53)	(94)
Taxa de Gestão Previdencial	(118)	(110)

## NOTA 15 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A entidade, apesar de possuir reduzido grau de risco em função de não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros (incêndio e roubo, conforme o caso).

**Sergio Guillinet Fajerman**  
Diretor Superintendente  
CPF 018.518.957-10

**Reginaldo José Camilo**  
Contador – CRC nº 1SP114.497/O-9  
CPF 859.338.648-20

## Plano de Benefício I (Plano I)

Informamos que o Plano de Benefícios I (Plano I) não possui nenhuma obrigação atuarial em decorrência da transferência dos participantes remanescentes, em 2009, para o Plano de Benefícios II (Plano II), extinguindo assim a população do Plano I.

Entretanto, o Plano I ainda possui valores provisionados nos Exigíveis Operacional, referente a reservas de poupança não pagas, e Contingencial respectivamente nos valores de R\$ 269.705,07 e R\$ 3,09, que totalizam R\$ 269.708,97 em 31/12/2011.

Diante do exposto, informamos que o Plano I não possui resultado, uma vez que não há mais obrigações atuariais.

Os consultores da Towers Watson que assinam este relatório possuem as qualificações necessárias para emitir as opiniões atuariais aqui contidas e são independentes da entidade e das patrocinadoras.

São Paulo, fevereiro de 2012.

**Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda.**

**Luiz Alberto Garcia Alvernaz**  
MIBA nº 551

**Raphael Amantea Prado**  
MIBA nº 2.190

## Plano de Benefício II (Plano II)

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2011 do Plano de Benefícios II da Banorte Fundação Manoel B da Silva de Seguridade Social, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/7/2011.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2011.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Banorte verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente da patrocinadora e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela portaria nº 337/MPS/PREVIC/DITEC, de 28/6/2011.

### I – Estatísticas

<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>31/7/2011</b>
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	7
Idade média (em anos)	48,8
Tempo de serviço médio (em anos)	26,4
Participantes em aguardo de benefício proporcional	
Número	0
<b>Benefícios Concedidos</b>	
Número de aposentados válidos	311
Número de aposentados inválidos (2)	54
Número de pensionistas (grupos familiares)	184

### II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Banorte Fundação e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios II conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

<b>Hipóteses Econômicas e Financeiras</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Taxa real anual de juros	6% a.a.	6% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	0% para empregados e autopatrocinados	0% para empregados e autopatrocinados
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,0%	0,0%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,0%	0,0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do plano	100%	100%
Benefícios do INSS	100%	100%
<b>Hipóteses Biométricas e Demográficas</b>		
Tábua de Mortalidade Geral	AT 83	AT 83 (1)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 831	IAPB 57
Tábua de Entrada de Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Desligamentos	Nula	Nula

## Plano de Benefício II (Plano II)

<b>Outras hipóteses</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Probabilidade de Aposentadoria	100% na 1ª Elegibilidade	100% na 1ª Elegibilidade
<b>Composição familiar</b>		
Benefícios concedidos		
Aposentados	Composição informada	Composição informada
Pensionistas	Composição informada	Composição informada
<b>Benefícios a conceder</b>		
Cônjuge	Esposa 3 anos mais jovem	Esposa 3 anos mais jovem
Probabilidade de casados na aposentadoria	90% casados	90% casados

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

### Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, poderia ser definida com base na expectativa de longo prazo do retorno de investimentos do plano, na data-base da avaliação atuarial. De acordo com a expectativa das patrocinadoras, a taxa de retorno real de longo prazo é de 6% a.a.

### Projeção do crescimento real de salário

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

As patrocinadoras, tendo em vista as particularidades da massa de participantes, optaram pela manutenção da taxa de crescimento salarial de 0% por considerar que essa taxa reflete a expectativa das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira dos seus empregados.

### Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.

### Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

### Regime Financeiro e Métodos Atuariais

#### Repartição Simples

- Auxílio Doença
- Auxílio Reclusão

#### Capitalização Individual – Idade de Entrada

- Benefício da Aposentadoria por Tempo de Contribuição
- Benefício da Aposentadoria por Idade
- Benefício da Aposentadoria Especial e de ex-Combatentes
- Benefício da Aposentadoria por Invalidez
- Benefícios da Pensão
- Abono Anual
- Pecúlio por Morte
- Instituto do Benefício Proporcional Diferido
- Instituto da Portabilidade
- Instituto do Resgate de Contribuições

O Método de Idade Normal de Entrada – Percentual Constante é usado para determinar o custo do serviço e a obrigação projetada para aposentadoria, desligamento e demais benefícios. De acordo com este método, os custos normais para um empregado representam o financiamento de seu benefício com um percentual constante sobre o salário, desde a idade de entrada até a idade de aposentadoria. O custo normal do plano é a soma dos custos normais de todos os empregados.

### Comentários sobre métodos atuariais

As taxas de custeio apuradas pelos métodos indicados se manterão constantes, salvo se a experiência real divergir das hipóteses adotadas.

Cabe ressaltar que, sendo as contribuições calculadas com base no Salário Real de Contribuição, elas poderão aumentar nominalmente na medida em que evoluírem os salários e outros componentes.

### III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da Banorte Fundação Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social de 31 de dezembro de 2011, o Patrimônio Social é de R\$ 70.711.840,67.

De acordo com informações prestadas pela Banorte para a manutenção de títulos marcados na curva, a entidade possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução nº 4/2002.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Banorte.

### IV – Patrimônio de Cobertura do Plano e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura, das Provisões e dos Fundos do plano em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

## Plano de Benefício II (Plano II)

	Valores em R\$
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>70.710.290,58</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>70.710.290,58</b>
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>147.554.594,00</b>
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Conta de Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	147.554.594,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	114.091.585,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	33.463.009,00
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>3.490.849,00</b>
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	0,00
Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	3.410.827,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	3.466.516,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(55.689,00)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	80.022,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	81.844,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(1.822,00)
<b>Provisão Matemática a Constituir</b>	<b>(80.335.152,42)</b>
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	(80.335.152,42)
Patrocinador(es)	(80.335.152,42)
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>0,00</b>
Resultados Realizados	0,00
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
<b>Fundos</b>	<b>1.550,09</b>
Fundo Previdencial	0,00
Fundo Administrativo	1.550,09
Fundo de Investimento	0,00

## Plano de Benefício II (Plano II)

Os Fundos Administrativos equivalem a R\$ 1.550,09, posicionados em 31/12/2011. Os valores registrados nestes Fundos são controlados pela Banorte Fundação e visam assegurar o saldo mínimo equivalente ao valor do Ativo Permanente.

**V – Variação do Passivo Atuarial**

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2011 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2010 projetado para 31/12/2011.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
<b>Passivo Atuarial</b>	151.045.443,00	146.427.531,05	3,2%
Benefícios Concedidos	147.554.594,00	143.292.531,61	3,0%
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,0%
Benefício Definido	147.554.594,00	143.292.531,61	3,0%
Benefícios a Conceder	3.490.849,00	3.134.999,44	11,4%
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,0%
Benefício Definido	3.490.849,00	3.134.999,44	11,4%

Os compromissos atuariais apurados na avaliação atuarial de 2011 variaram dentro do esperado considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

**VI – Plano de Custeio**

O Plano de Custeio de Participantes Ativos do Plano de Benefícios II é definido em faixas salariais no seu regulamento, conforme tabela a seguir:

Faixas Salariais em UR	Taxa sobre a parcela salarial
Até 0,66864	3%
De 0,66865 a 1,33728	5%
De 1,33729 a 2,67456	10%
De 2,67457 a 5,34912	11%
De 5,34913 a 21,39648	13%

A aplicação das taxas regulamentares sobre o salário futuro dos Participantes Ativos leva a uma contribuição média de 6,83%, o que representa um 0,68% acima do custo atuarial do Plano. Diante deste fato, essa receita excedente será destinada para custear uma parcela das despesas administrativas.

Considerando que as contribuições dos participantes suportam integralmente o custo atuarial, a patrocinadora será responsável pelo custeio administrativo.

Isto posto, demonstramos a seguir o Custeio Anual Proposto para o exercício de 2012:

Custeio	Valores anuais estimados em R\$			
	Atuarial	Administrativo	Total	Proporção
Participante	57.543,52	6.390,48	63.934,00	3,4%
Patrocinadora	0,00	1.806.609,52	1.806.609,52	96,6%
<b>Total</b>	<b>57.543,52</b>	<b>1.813.000,00</b>	<b>1.870.543,52</b>	<b>100,00%</b>

## Plano de Benefício II (Plano II)

O Plano de Custeio Proposto atende ao custo do Plano definido atuarialmente nesta Avaliação Atuarial.

Informamos que o Plano de Benefícios II, em 31/12/2011, registra uma dívida com o Itaú Unibanco no montante de R\$ 80.335.152,42, a qual se origina do déficit apurado em 31/5/2006 quando da implantação do Plano de Benefícios II com migração de participantes do Plano de Benefícios I, e vem sendo amortizada de acordo com os termos contratuais.

A patrocinadora do Plano de Benefícios II, responsável pela amortização do contrato, efetuou, em dezembro/2011, um pagamento na importância de R\$ 9.078.640,53, referente à 6ª (sexta) prestação do contrato, restando ainda 12 (doze) prestações anuais.

### Resumo comparativo do plano de custeio

Apresentamos a seguir quadro comparativo dos percentuais indicados para 2011 com os que deverão ser praticados em 2012.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 01/01/2012)	Plano de custeio anterior
<b>Patrocinadores</b>		
Normal	0,0%	0,0%
Custeio Administrativo	96,6%	95,3%
Contribuição Total dos Patrocinadores	96,6%	95,3%
<b>Participantes</b>		
Normal	3,1%	4,2%
Custeio Administrativo	0,3%	0,5%
Contribuição Total dos Participantes	3,4%	4,7%

### VII – Conclusão

O Plano de Benefícios II apresentou no encerramento do exercício de 2011 uma insuficiência de R\$ 4.221.247,03. Esta insuficiência foi coberta através da incorporação deste valor ao saldo devedor do contrato de dívida existente, conforme estabelecido pelo Parágrafo Sexto da Cláusula Primeira que prevê a revisão do saldo devedor apurado no encerramento do exercício com base no resultado do Plano de forma a restabelecer o equilíbrio do plano.

Dessa forma, no encerramento do exercício de 2011 o valor do saldo devedor do contrato de dívida, totalizou o montante de R\$ 80.335.152,42, em 31/12/2011.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefícios II da Banorte Fundação encontra-se em equilíbrio financeiro-atuarial absoluto, atendendo assim as exigências dispostas na Resolução CGPC nº 26, de 26/9/2008.

Ressaltamos ainda que os resultados desta avaliação atuarial são sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos. Assim, modificações futuras nas experiências observadas poderão implicar em variações relevantes nos resultados atuariais.

Os consultores da Towers Watson que assinam este relatório possuem as qualificações necessárias para emitir as opiniões atuariais aqui contidas e são independentes da entidade e das patrocinadoras registradas neste relatório.

São Paulo, 27 de Fevereiro de 2012.

**Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda.**

**Luiz Alberto Garcia Alvernaz**  
MIBA nº 551

**Raphael Amantea Prado**  
MIBA nº 2.190

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras  
Banorte - Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social

Examinamos as demonstrações contábeis da Entidade Banorte - Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Banorte - Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2011, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

### **Outros assuntos**

#### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados considerando, como permitido, a posição consolidada da Entidade, cujo relatório de 16 de março de 2011, não conteve nenhuma modificação. Os procedimentos de auditoria referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram planejados e executados considerando a posição consolidada da Entidade, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, portanto, não expressamos nenhuma opinião sobre as informações individuais por plano de benefício naquele exercício.

Recife, 5 de março de 2012.

**PricewaterhouseCoopers**

**Auditores Independentes**  
CRC nº 2SP000160/O-5 "F" PE

**Maria José de Mula Cury**  
Contadora – CRC nº 1SP192785/O-4 "S" PE

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do balanço patrimonial, das demonstrações do resultado, do fluxo financeiro e das notas explicativas às demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2011, baseados nos pareceres da Consultoria atuarial Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda. e da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, os membros do Conselho Fiscal concluíram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Banorte – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social em 31.12.2011, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo (SP), 5 de março de 2012.

Presidente Suplente

**Ottavio Aldo Ronco**

Conselheiro

**Djalma Desenzi**

Conselheiro Suplente

**Sergio Brilhante de Albuquerque Junior**

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Contábeis consolidadas e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2011, baseados nas normas pertinentes e nos pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial Towers Watson Consultoria Ltda. e da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Conselho Deliberativo da Banorte – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social (“BANORTE”), deliberaram unanimemente aprovar os referidos documentos, que refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da BANORTE em 31.12.2011.

São Paulo (SP), 27 de março de 2012.

Presidente

**Oswaldo do Nascimento**

Conselheiro

**Hercílio Ricardo Ferreira Filho**

**Isaltino Bezerra e Silva**

**Marco Antonio Antunes**

Em cumprimento à legislação em vigor, apresentamos abaixo resumo dos investimentos e das despesas com a administração dos mesmos, relativo ao Exercício de 2011 do Plano Banorte:

1. No quadro abaixo apresentamos comparativo entre os limites de alocação para cada segmento de investimentos determinados pela Resolução CMN 3792, de 24 de setembro de 2009 :

A posição de diversificação dos recursos garantidores de 31/12/11 e de 31/12/10 era a seguinte:

Em R\$ milhões

Demonstrativo dos Investimentos	Limite Máximo (1)	Dezembro/2011	%	Dezembro/2010	%	Var. %
Renda Fixa (2)	100	61,9	86,2	47,1	83,1	3,7
Títulos Públicos	100	61,9	86,2	47,1	83,1	3,7
Renda Variável (2)	35	3,7	5,2	3,7	6,5	(20,0)
Outras	35	3,7	5,2	3,7	6,5	(20,0)
Investimentos Estruturados	10	1,0	1,4	0,9	1,6	(12,5)
Imóveis	4	1,3	1,9	1,3	2,3	(17,4)
Outros Realizáveis	-	3,8	5,4	3,7	6,5	(16,9)
<b>Total Investimentos</b>	<b>100</b>	<b>71,8</b>	<b>100,1</b>	<b>56,7</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

(1) Definido na legislação em vigor e na política de investimentos de 2011 a 2015.

(2) Os ativos integrantes das carteiras de fundos estão alocados nas respectivas modalidades.

2. A seguir apresentamos as rentabilidades do Exercício de 2011 da Banorte e a taxa mínima atuarial do plano de benefício:

De acordo com a Política de Investimentos o índice de referência para a performance das aplicações financeiras é a Meta Atuarial do plano, exceto para o segmento de Renda Variável que o índice é o Ibovespa.

A meta atuarial que corresponde a taxa de juros atuarial e o indexador do plano (INPC-IBGE) foi de 12,44% e o IBOVESPA acumulado em 2011 foi de -18,12.

Abaixo apresentamos a rentabilidade dos investimentos por segmento e sua performance em relação à meta atuarial:

Segmento	% de alocação	Dezembro/11			
		Nominal	Índice de Referência	Performance em relação ao índice de referência	Performance em relação à meta atuarial
Renda Fixa	86,1	13,45	12,44		0,90
Renda Variável	5,1	25,36	(18,12)	53,10	11,49
Investimentos Estruturados	1,4	4,57	12,44		(7,00)
Imóveis	1,8	13,28	12,44		0,75
Outros Realizáveis	5,6	-	-		-
<b>Rentabilidade Total</b>	<b>100</b>	<b>13,82</b>	<b>12,44</b>	<b>1,23</b>	

### 3. Gestão dos Investimentos

Os investimentos do Plano Banorte são geridos somente pelo Itaú Unibanco.

4. Especificação dos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3792 de 24.09.2009:  
Não há desenquadramentos.

5. Em atendimento ao parágrafo V do art. 3º da Resolução CGPC nº 23/06, apresentamos a seguir as despesas relevantes incorridas na administração da entidade no exercício de 2011:

Em R\$ milhões

Descrição	Dezembro/2011	Dezembro/2010	Variação%
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(2,0)</b>	<b>(0,9)</b>	<b>122,2%</b>
<b>1. Administração Previdencial</b>	<b>(1,9)</b>	<b>(0,8)</b>	<b>137,5%</b>
Pessoal e Encargos	(0,2)	(0,2)	-
Serviços de Terceiros	(1,3)	(0,4)	225,0%
Despesas Gerais	(0,2)	(0,2)	-
Contingências (PIS/COFINS)	(0,2)	-	-
<b>2. Administração dos Investimentos</b>	<b>(0,1)</b>	<b>(0,1)</b>	-
Serviços de Terceiros	(0,1)	(0,1)	-

A seguir apresentamos resumo da política de investimentos para o exercício de 2011 dos planos:

- Plano Benefício Definido - Banorte
- Plano de Benefícios II - Banorte

### 1. Taxa Mínima Atuarial

Plano de Benefícios	Indexador	Taxa de Juros
Benefício Definido	INPC	6%
Plano de Benefícios II	INPC	6%

### 2. Controles de Riscos

- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez
- Risco de Contraparte
- Risco Legal
- Risco Operacional

### 3. Alocação dos Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo		
			Benefícios Definidos	Benefícios II	PGA
Renda Fixa	43%	100%	88,30%	88,30%	100%
Renda Variável	0%	35%	7,00%	7,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	0%	10%	1,80%	1,80%	0,00%
Investimentos Exterior	0%	3%	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	0%	4%	2,90%	2,90%	0,00%
Operações com Participantes	0%	5%	0,00%	0,00%	0,00%

### 4. Derivativos

O Plano pode realizar operações com derivativos, desde que observadas as condições estabelecidas na Res. CMN 3792/2009.

### 5. Referência de Rentabilidade

A referência de rentabilidade será igual à taxa mínima atuarial do plano para os segmentos Renda Fixa, Investimentos Estruturados, Investimentos Exterior, Imóveis e Operações com Participantes. Para o segmento de Renda Variável, a referência de rentabilidade será igual à variação do índice Ibovespa fechamento.

### 6. Gestão dos Recursos

- Tipo/Forma: Externa
- Periodicidade da Avaliação: 3 Meses
- Quantidade de Gestores: 1
- Critérios de Avaliação: Em relação a referência de rentabilidade, carteiras e limites de risco estabelecidos.

## 7. Critério para Contratação

Qualitativos	Quantitativos
Histórico da Instituição e experiência	Rentabilidade Histórica Auferida
Filosofia de atuação	Riscos Incorridos
Análise legal	Custos
Inexistência de Conflito de Interesses	Total de Recursos Administrados
Sistemas e Processos	Distribuição do retorno diferencial

## 8. Participação em Assembléias de Acionistas

### 8.1. Limites Mínimos para Participação em Assembléia de Acionistas

Capital Votante: 5%	Recursos Garantidores: 4%	Por Capital Total: 10%
---------------------	---------------------------	------------------------

## 9. Cenário Macroeconômico, Responsabilidade Socioambiental, Observações e Justificativas

### 9.1. Cenário Macroeconômico

As decisões de alocação são definidas bimestralmente por um comitê formado por especialistas onde são definidos os cenários macro-econômicos e trajetórias para algumas variáveis básicas da economia e definidos cenários alternativos (otimista e pessimista).

São projetados valores para diversos fatores de risco, que são utilizados para calcular as expectativas de preço/retorno dos ativos.

### 9.2. Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Diante do quadro de degradação ambiental do planeta, consideramos fundamental avaliar os impactos sobre o meio ambiente, não só para o êxito do crescimento empresarial, mas como variável decisiva para o desenvolvimento econômico sustentável e a prevenção dos riscos à saúde humana.

## Política de Investimentos - 2012

A política de Investimentos para o período de 2012 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em Dez/2011.

Abaixo demonstramos os limites de alocação:

Segmento	Limites Resolução CMN 3.792 /09 (%)	Plano de Benefício Banorte			PGA		
		Limites %	Alocação Alvo %	Índice de Referência	Limites %	Alocação Alvo %	Índice de Referência
Renda Fixa	100	100	87,5	Meta Atuarial	100	100	CDI
Renda Variável	70	25	6,7	IBOVESPA	50	0	IBOVESPA
Investimentos Estruturados	20	10	1,8	Meta Atuarial	10	0	CDI
Investimentos no exterior	10	3	0	Meta Atuarial	3	0	CDI
Imóveis	8	4	3,9	Meta Atuarial	0	0	CDI
Operações com Particip.	15	5	0	Meta Atuarial	0	0	CDI

[www.fundacaobanorte.com.br](http://www.fundacaobanorte.com.br)



**Recife (PE)**

Av. Conselheiro Aguiar, 3.670 – 1º andar

CEP 51020-021